

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.916 - SP (2018/0293546-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**

**AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**

**PROCURADORE : ROGÉRIO RAMOS BATISTA - SP153918**

**S**

**TATIANA CAPOCHIN PAES LEME E OUTRO(S) - SP170880**

**AGRAVADO : MARIA CECILIA SANTOS DO BONFIM**

**REPR. POR : CLAUDIA MORALES BATISTA - CURADOR**

**AGRAVADO : MARCELA SANTOS DO BONFIM**

**ADVOGADOS : VICTOR ROCHA SEQUEIRA - SP156279**

**MARCO ANTONIO XAVIER DOS SANTOS JUNIOR E OUTRO(S) - SP242834**

**CAROLINNE GUIMARÃES DA SILVA - SP263825**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela **São Paulo Previdência**, desafiando decisão da Presidência da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu recurso especial com base nos seguintes fundamentos: (I) incidência das Súmulas 7/STJ e 280/STF, ao fundamento de que a análise da controvérsia dependeria do reexame de matéria fática, bem como da análise de legislação local; e (II) o dissídio jurisprudencial não foi demonstrando de acordo com o previsto no §1º do art. 1029 do CPC/2015 e § 1º do art. 255 do RISTJ.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, a apontada incidência da Súmula 280/STF. Ressalta-se que apesar de fazer menção genérica ao verbete sumular n. 280/STF, a parte agravante não declinou os motivos pelos quais a matéria discutida nos autos não dependeria de análise de legislação local.

Incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Ministro Luís Felipe Salomão, DJe de 30.11.2018.

**ANTE O EXPOSTO**, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não conheço** do agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator